

15 anos de INTERCOM

J. S. Faro

RESUMO

Este artigo analisa a INTERCOM desde a sua fundação, mostrando os objetivos e os efeitos de sua contribuição para a comunidade acadêmica nacional.

Palavras chaves: INTERCOM, comunidade acadêmica nacional.

RESUMEN

Este artículo analiza INTERCOM desde su fundación, mostrando los objetivos y los efectos de su contribución para la comunidad académica nacional.

Palabras centrales: INTERCOM, comunidad académica nacional.

ABSTRACT

This article analyses the INTERCOM since its foundation, showing objectives and effects of its contribution to the national academic community.

Key words: INTERCOM, national academic community.

A INTERCOM completa este ano uma década e meia de existência. Ao longo desse período, seu processo de construção confunde-se com o próprio desenvolvimento dos estudos de comunicação no país, ao mesmo tempo em que representa um exemplo de esforço de organização de um segmento da comunidade acadêmica nacional num momento de extraordinárias dificuldades para o ensino e a pesquisa científica desenvolvidos no meio universitário.

A INTERCOM esteve, desde sua fundação em 1977, fortemente vinculada a duas vertentes. A primeira é aquela que diz respeito à perspectiva que a vida da entidade abriu para o processo de organização de professores e pesquisadores da comunicação. Trata-se de processo que nasceu marcado pelas contradições políticas do fim do regime militar no Brasil.

Com efeito, a segunda metade dos anos 70 representa um período de esgotamento do Estado autoritário e de isolamento crescente do poder militar, ao mesmo tempo em que se verifica o crescimento do nível de articulação no âmbito da sociedade civil e no âmbito do fortalecimento de canais tradicionais de expressão que haviam se enfraquecido com as restrições institucionais impostas ao país depois de 1968.

Embora várias análises identifiquem esse período de crise como um momento de concessões do regime militar e de negociações calculadas que levariam à transição para o regime civil, pode-se afirmar que os processos de liberalização e o de redemocratização obedecem a uma dinâmica extremamente complexa.

Na realidade, tanto no plano econômico quanto no plano sócio-político, verifica-se a partir de 1974 um estrangulamento dos mecanismos de controle em mãos do Estado. Não só o modelo econômico apresenta fissuras crescentes em razão de causas internas e externas, como a própria complexidade da vida social brasileira mostra-se incontornável nos limites do quadro institucional então existente. As alternativas apresentadas e eventualmente implementadas pelo Estado não fizeram mais que ampliar a margem de participação da sociedade civil num processo que, segundo os fatos apontam, indica uma emergência acentuada e sequencial de manifestações, tímidas e desarticuladas em seu início, ousadas e orgânicas na medida em que amadurecem e que correspondem a extensas reivindicações.

Os intelectuais desempenharam um papel bastante sensível nesse momento. Uma análise cuidadosa permite afirmar que, ao longo dos anos 60 e 70, esse segmento da sociedade brasileira adotou em relação ao Estado autoritário, de forma hegemônica, uma postura de resistência, de crítica e de irreverência, que se manifestou em todas as áreas da produção cultural. A evidência indica que, mesmo nos momentos de maior radicalismo conservador, quando a censura e a repressão cortaram as possibilidades de aproximação dos intelectuais com suas fontes de observação, a atitude de evasão do real, o hermetismo das obras, o surgimento de códigos *fechados* de comunicação artística, negavam o estabelecimento ditatorial.

Esse quadro deu à categoria do intelectual brasileiro, no período do regime militar, a função de agente orgânico *nacional* no sentido de que

ele expressava, política e culturalmente, o antagonismo que opunha Estado e sociedade. Certamente em razão disso os estudos gramscianos adquiriram nos anos 70 importância decisiva na compreensão de um fenômeno que não se encaixava nos esquemas ortodoxos anteriores, não apenas para compreender o papel da sociedade civil no conjunto do processo político mas também para o entendimento da importância que o intelectual desempenhava como elemento revelador do movimento político geral.

Em nenhuma outra instituição brasileira a crise entre intelectual e Estado foi tão delicada como na Universidade. Reduto das primeiras manifestações de vulto contra a ditadura militar em meados dos anos 60, a Universidade desempenharia, até 1969, o papel de pólo de resistência tanto em função do público que arregimentava quanto em razão da própria natureza de sua produção, já que em todas as áreas do conhecimento os projetos de desenvolvimento do Estado autoritário chocavam-se com concepções marcadas por seu conteúdo social e nacionalista. Professores e estudantes eram, portanto, a um só tempo, protagonistas e espectadores de um conflito que, em 1968, extrapolou os muros acadêmicos e ganhou sectores significativos das camadas médias.

A reação *termidoriana* que se seguiu, já ensaiada logo depois do golpe de 64, não chegou a destruir a instituição, mas retirou dela aquilo que de mais significativo a sociedade brasileira havia conseguido construir: cientistas (cassados), projetos de pesquisa (desfeitos), institutos (fechados), um clima de hesitação e temor. O período de autoritarismo asfixiou a Universidade, transformou-a em instituição burocratizada, capitaneada por uma *nomenclatura* que faz dela um foro de formalismos metodológicos que desaprendeu o debate pertinente à realidade.

Nesse quadro, no entanto, os intelectuais acadêmicos articularam-se de outra forma. Uma variedade significativa de instituições corporativas, fragmentadas em razão da natureza dos profissionais, docentes ou especialistas que as fundaram, fortaleceram-se ou surgiram nos anos 70, adquirindo feições de núcleos de discussões com fortes conotações partidárias. Esse processo, contingenciado pelo fechamento dos canais tradicionais de manifestação, significava o abandono de questões específicas e a priorização de problemas cujo desdobramento era imediatamente associado aos traços estruturais do Estado autoritário, ganhando invariavelmente nível de politização crescente. É relevante a dedução subjacente a essa análise: as instituições surgidas nessa conjuntura política acabaram por representar uma tribuna de discussões que, em linhas gerais, adequava-se antes à vida acadêmica.

Exemplo disso foi o espaço ocupado pela SBPC, entidade que acabou se tornando aglutinadora da oposição ao regime, ainda que em suas origens ela tenha sido sempre uma instituição com preocupações vinculadas à problemática geral do país. Tal função política exacerba-se, no entanto, com a canalização, para as suas reuniões anuais, de um número crescente de quadros da comunidade universitária representativos de todas as áreas do conhecimento, que para ali levavam resultados de estudos cujo impacto, se restritos ao isolamento em que

vivia a instituição universitária, teriam um poder de repercussão substancialmente menor. Nas reuniões anuais da entidade, contudo, esses resultados adquiriam marca de políticas alternativas para os programas setoriais do governo. No caso da participação de pesquisadores e docentes da área das chamadas "ciências humanas" essa conotação, pelo conteúdo dos trabalhos e moções apresentadas, era mais direta e inequívoca. As reuniões anuais de 1976 e 1977 são os marcos dessa trajetória.

Esse clima marcou o surgimento e o desenvolvimento da INTERCOM, entidade que permite a compreensão das dificuldades específicas de uma área de estudos de presença recente na vida universitária brasileira.

Sua fundação, portanto, tem estreita relação com a conjuntura política brasileira, já que obedecia ao quadro de rearticulação vivido pela sociedade no final dos anos 70. Ao mesmo tempo, sua construção obedece a um duplo movimento em cuja base estão as expectativas da comunidade acadêmica que ela pretendia organizar: de um lado, o quadro de dispersão em que se encontravam profissionais e pesquisadores da Comunicação Social¹; de outro, a crise em que os estudos da área encontravam-se envolvidos desde meados dos anos 60. E esta é a segunda vertente que marca a existência da INTERCOM.

Nesse sentido, os movimentos de *horizontalização* orgânica da INTERCOM e o de *verticalização* de seus estudos, isto é, o aprofundamento do conceitual dos estudos de comunicação, encontram-se interligados na proporção em que sua consolidação junto a professores, pesquisadores e profissionais da Comunicação Social correspondia não apenas à sua expectativa associativa mas ao oferecimento de alternativas teóricas para essa área de estudo e, conseqüentemente, para o entendimento e a prática sócio-político-cultural do processo comunicacional.

Assim, o aprofundamento teórico promovido pelas iniciativas da entidade só foi possível na medida em que ela conseguiu aglutinar parcelas significativas daqueles segmentos, rompendo com seu isolamento, reunindo reflexões dispersas, abrindo espaço para o debate, enfim, organizando os estudos da comunicação social do país.

Os efeitos desse processo foram múltiplos: ao nível do ensino, a presença de quadros docentes cuja trajetória na vida acadêmica ocorreu paralelamente ao crescimento da entidade, ao mesmo tempo em que os cursos de Comunicação Social passaram a dispor de uma ampla e polêmica bibliografia resultante dos temas discutidos em grupos de estudos, seminários, cursos, *Ciclos de Estudos e Congressos*.

Ao nível teórico, interligado evidentemente com as questões colocadas para o ensino, a INTERCOM marcou sua presença por uma

1 Pesquisa realizada por Maria Immacolata V. Lopes e apresentada à terceira edição do *Quem é Quem na Pesquisa em Comunicação* (inédito) constatou, em 1988/89, que 86% dos pesquisadores de comunicação do Brasil eram docentes universitários, o que significa que é na Universidade que se concentra a quase totalidade da pesquisa de Comunicação no país. Além disso, o número justifica que o processo de construção da INTERCOM tenha sido feito principalmente no meio acadêmico.

ampla revisão do conceitual que fundamentava os estudos da Comunicação Social. Ela permitiu, através dos eventos que promoveu, que os referenciais utilizados pudessem ser vistos sob uma ótica sintonizada com a realidade nacional, acima de tudo integrada com o processo político e social brasileiro, abolindo interpretações simplistas e ortodoxas que transformavam o estudo dos fenômenos da comunicação num elenco de afirmações mecânicas maniqueístas.

Nesse sentido, é possível que a INTERCOM tenha permitido ainda libertar as ciências da comunicação da hegemonia das ciências sociais, na medida em que "hoje já se constata um desenvolvimento de áreas de pesquisa com clara delimitação de objetos, de problemas e de métodos"². Aqui, portanto, constata-se mais um efeito do trabalho desenvolvido pela INTERCOM: o da ampliação dos horizontes da pesquisa em Comunicação Social. A instigação em torno de novas metodologias e a respeito de objetos de estudo inexplorados nas instituições de ensino e pesquisa, não coincidentemente cresceu paralelamente à solidificação da entidade.

Essa variedade de contribuições, para além das consequências específicas ligadas diretamente à comunidade acadêmica da área, colocou a INTERCOM em sintonia com o mundo científico internacional e, por via dela, arejou o debate nacional. "O compromisso mais sério do pesquisador e do professor no Brasil é buscar compreender não somente a questão da Ética da Comunicação, mas também da Comunicação Internacional, da Comunicação Política, das Novas Tecnologias da Comunicação, da Economia das Comunicações, dos Gêneros da Comunicação, do Direito da Informação e da Comunicação, da Questão da Mulher e das minorias em geral na comunicação"³. Esse elenco de questões inserem-se hoje na pauta de preocupações das principais instituições de pesquisa da América Latina, da América do Norte, da Europa, e constaram dos estudos promovidos pela INTERCOM ao longo de sua história. Não só como consequência do processo de horizontalização referido, mas ainda em razão dos desdobramentos do aprofundamento teórico de suas atividades, a entidade acabou se conectando com aquelas instituições, rompendo o provincianismo em que se davam as atividades acadêmicas na área até o início dos anos 80.

Para Claus Rees esse processo pode ser identificado como "as ambições e estratégias internacionais da INTERCOM", decorrentes dos "removimentos nas paisagens midiáticas durante os anos oitenta (que) mudaram o campo da pesquisa em comunicação"⁴. Segundo o autor, "com a internacionalização da indústria cultural, a importância do diálogo

2 FADUL, Anamaria. *Las Ciencias Sociales en la Enseñanza y la Investigación*. Revista DIA-LOGOS de la Comunicación. Fascículos número 32. Lima, Peru, 1992.

3 Idem, *ibidem*.

4 REES, Claus. *União Nacional de Televisão Independente com Pretensão Política e de Pesquisadores em Comunicação com Pretensão Científica no Brasil, na França e na República Federal Alemanha - um Estudo sobre a Internacionalização de Periferias de Mídia*. Universität Konstanz, Sozialwissenschaftliche Fakultät, Julho de 1990 (pag. 90)

internacional parece então aumentar para a pesquisa em comunicação" na mesma medida da internacionalização da ciência. Essa perspectiva responde pela vertente complementar do papel desempenhado pela INTERCOM no momento de seu amadurecimento orgânico: a tarefa de reunir os cientistas brasileiros da comunicação e levá-los a dimensionar seu campo de estudos numa perspectiva internacionalista e integradora da pesquisa.

A construção da INTERCOM é ainda uma obra incompleta. Os efeitos de sua contribuição, no entanto, já podem ser medidos. Eles se inserem na própria história da ciência no Brasil e certamente representam para a comunidade acadêmica nacional um parâmetro de vontade.

REVISTA
COMUNICAÇÕES
e
ARTES



É uma revista semestral voltada à discussão de temas que fazem parte da contemporaneidade das Comunicações e das Artes. Divulga a produção de professores, pesquisadores e artistas, com o objetivo de dinamizar o meio acadêmico e promover intercâmbio com a sociedade.

Escolas de Comunicações, Institutos de Artes, Centros de Comunicações e Artes, Universidades brasileiras, professores, pesquisadores e especialistas que desejam receber a revista Comunicações e Artes escrever para

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
A/C Setor de Vendas de Publicações
Prédio Principal - Térreo - Cidade Universitária
05508 - São Paulo - SP - Brasil

Promoção especial para Universidades, Centros e Instituições

5 Ídem (pag. 92)